

que a principal objeção ao incesto é que as pessoas são levadas a se sentir irracionalmente culpadas de praticá-lo; que todo o comportamento sexual deve ser discriminalizado, inclusive sexo entre adultos e crianças; que devem ser tomadas providências para permitir que as crianças morem onde e com quem quiserem, inclusive em “lares” dirigidos por elas mesmas; e que se deve conferir às crianças o direito de votar “porque os adultos não levam a sério os interesses delas e não votam em benefício delas.”²¹

Pode-se dizer que um movimento de defesa dos direitos da criança como este visa afirmar que a doença é a cura. Dito de maneira mais neutra, o que esse tipo de defesa representa, como já observamos, é uma tentativa de arrumar uma racionalização para o que parece ser uma tendência cultural irreversível. Farson, em outras palavras, não é o inimigo da infância. A cultura americana sim. Mas ela não é um inimigo franco, no sentido em que se poderia dizer, por exemplo, que os Estados Unidos são contra o comunismo. A cultura americana não *pretende* ser contra a infância. De fato, a linguagem que usamos para falar de crianças ainda carrega dentro de si muitos dos postulados sobre a infância que foram estabelecidos nos séculos dezoito e dezanove. Do mesmo modo que nossa linguagem a respeito de guerra ainda preserva a idéia de uma guerra do século dezanove, quando, na realidade, tal idéia hoje é grotesca, nossa linguagem a respeito de crianças não condiz com nossa atual realidade social. Pois em cem anos de redesenho do modo como nos comunicamos, do que comunicamos, e do que precisamos ser para compartilhar tudo isto, chegamos ao ponto de não precisarmos de crianças, assim como chegamos ao ponto (embora não usemos admiti-lo) de não precisarmos dos idosos. O que torna as propostas de Farson tão horripilantes é que sem ironia nem pesar ele revela o futuro.

Capítulo 9

Seis perguntas

Tendo me desobrigado cedo do ônus de oferecer “soluções” para o problema do desaparecimento da infância, desejo concluir este livro formulando várias perguntas que os leitores podem achar interessantes. Cada uma dessas perguntas me ocorreu em algum momento no curso de minha indagação e depois, como uma craca, se colou em minha mente. Esta é a maneira de me livrar delas (pelo menos por ora); vale dizer que tentei achar respostas para elas. Na medida em que os leitores ofereçam respostas variadas, terei a satisfação de pensar que as perguntas são importantes.

A infância foi descoberta ou inventada?

Este livro começa por afirmar que a infância é um artefato social, não uma necessidade biológica. Os leitores versados em psicologia infantil considerarão esse enunciado, na melhor das hipóteses, problemático e, na pior, falso. Endossada pela autoridade de pesquisadores como Freud, Erik Erikson, Arnold Gesell e, em especial, Jean Piaget, a opinião predominante sustenta que os estágios observáveis do desenvolvimento da criança são governados por imperativos biológicos. De fato, Piaget denomina seus estudos de “epistemologia genética”, querendo dizer com isso que o avanço da criança de um nível de desem-

penho intelectual para o próximo segue um princípio genético. Não me detive nessa questão porque ela é irrelevante para os problemas analisados neste livro. O fato é que *a idéia de infância como uma estrutura social* não existiu na Idade Média; surgiu no século dezesseis e está desaparecendo agora. Mas, é claro, se Piaget está certo, então a infância não foi inventada pela alfabetização mas apenas descoberta, e o novo ambiente informacional não a está fazendo “desaparecer”, mas apenas reprimindo-a.

Creio que os estudos de Piaget são limitados por seu enfoque essencialmente a-histórico. Ele não deu atenção suficiente à possibilidade de que os comportamentos que observou nas crianças estivessem ausentes ou, pelo menos, fossem bem diferentes em períodos históricos anteriores. Não obstante, espero que ele esteja certo. Se estiver, podemos ser levados a acreditar que, se lhe for dada a menor chance, a infância se afirmará, pois, como dizem, não se pode enganar a Mãe Natureza, pelo menos para sempre. Se, entretanto, a infância é somente uma criação da cultura, como estou inclinado a acreditar, então ela terá de esperar uma dramática reestruturação de nosso ambiente comunicacional para reaparecer com traços fortes e inconfundíveis. E isto pode não acontecer nunca. Estamos, assim, diante da possibilidade de ser a infância uma aberração transitória na história cultural, como a carruagem puxada por cavalos ou rabis-cos pretos em papel branco.

Para me animar, estou disposto a aceitar a seguinte formulação e esperar que a pesquisa futura a confirme: a infância é análoga ao aprendizado da linguagem. Tem uma base biológica, mas não pode se concretizar a menos que um ambiente social a ative e alimente, isto é, tenha necessidade dela. Se uma cultura é dominada por um meio de comunicação que requer a segregação dos jovens para que aprendam habilidades e atitudes antinaturais, especializadas e complexas, então a infância, de uma forma ou de outra, emergirá, articulada e indispensável. Se as necessidades de comunicação de uma cultura não exigem a

segregação prolongada dos jovens, então a infância continua muda.

O declínio da infância significa um declínio geral da cultura americana?

A cultura americana é a primeira e, no momento, a única a viver inteiramente sob o controle da tecnologia do século vinte. Com pouquíssimas exceções, os americanos estão sempre dispostos a adequar sua paisagem, suas cidades, suas empresas comerciais, sua vida familiar e sua mente às exigências do que preferem chamar de “progresso tecnológico”. Assim, podemos dizer que a cultura americana está agora no meio de seu Terceiro Grande Experimento, cujos resultados ainda não são conhecidos.

O Primeiro Grande Experimento, que Thomas Paine chamou de “revolução nos princípios e na prática de governo”, começou no final do século dezoito e propôs a pergunta: A liberdade de pensamento e expressão é uma idéia viável como fundamento de uma estrutura política? O Segundo Grande Experimento, começado em meados do século dezenove, foi de natureza social e suscitou a pergunta: Pode uma cultura ser plasmada por uma população composta por grupos de pessoas procedentes do mundo inteiro, cada qual com idioma, tradições e hábitos próprios? Admitindo-se alguns fracassos no caminho, podemos dizer que ambos os experimentos obtiveram êxito e em larga medida provocaram a admiração e a inveja do mundo.

O Terceiro Grande Experimento, iniciado no princípio deste século, propõe a pergunta: Pode uma cultura preservar valores humanos e criar novos valores concedendo à tecnologia moderna a máxima autoridade para controlar seu destino? Aldous Huxley e George Orwell já deram sua resposta, que é: “Não”. Lewis Mumford deu a sua, que é: “Provavelmente não”, a mesma resposta dada por Norbert Wiener. Jacques Ellul dá sua resposta em relatórios quase anuais, resposta que é o mais sonoro “Não” de todos. Entre aqueles cuja resposta é alguma moda-

lidade de “Sim” estão Buckminster Fuller, Alvin Toffler, Melvin Kranzberg, Samuel Florman e Isaac Asimov, este último sendo positivamente vertiginoso a respeito das realizações e do potencial da tecnologia. Obviamente, a questão ainda está aberta, e é lícito fazer conjecturas. Que a tecnologia foi deificada, que o processo político foi degradado, que a mente adulta tem se apegado e que a infância está definhando são sinais deploráveis. O mundo observa para ver se os Estados Unidos podem sobreviver ao desmembramento de seu passado, e depois fará os planos cabíveis.

Mas os Estados Unidos ainda não começaram a *pensar*. O choque da tecnologia do século vinte entorpeceu nossos cérebros e estamos apenas começando a notar os escombros espirituais e sociais que a tecnologia espalhou à nossa volta. Mas nem todos ficaram siderados. Podemos lembrar, por exemplo, que *Unsafe at Any Speed*, de Ralph Nader, publicado em 1965, foi uma crítica vigorosa e popular a uma tecnologia importante. É verdade que apareceu *depois* que os americanos tinham permitido que o automóvel modificasse sua paisagem, suas cidades e sua vida social. Mas, não obstante isso, apareceu. E tem sido seguida (e na verdade foi silenciosamente precedida) por outras críticas e por mapas do caminho que escolhemos: McLuhan em *Understanding Media*, Ellul em *The Technological Society*, Wiener em *The Human Use of Human Beings*, Joseph Weisenbaum em *Computer Power and Human Reason*, Mumford em *The Myth of the Machine*, Kenneth Boulding em *The Meaning of the Twentieth Century*, Boorstin em *The Image*, para citar alguns. Na medida em que tais livros, e outros ainda por vir, contribuem para proporcionar aos americanos pausa para refletir e perspectiva, e sugerir-lhes caminhos em que a tecnologia sirva aos propósitos deles (e não o contrário), há razão para acreditar que os primeiros indícios de desagregação cultural não são permanentes.

Quanto à infância, creio que ela deve ser, afinal de contas, uma vítima do que está acontecendo. A eletricidade

arruína o tipo de ambiente informacional que cria e nutre a infância. Mas ao perdermos a infância, não temos de perder tudo. De resto, a prensa tipográfica estilhou a coesão de uma comunidade religiosa mundial, destruiu a intimidade e a poesia da tradição oral, reduziu as lealdades regionais e criou um sistema industrial cruelmente impessoal. Ainda assim, a civilização ocidental sobreviveu com alguns dos seus valores humanos intactos e conseguiu forjar novos, inclusive os associados à formação das crianças. Agora que o primeiro impacto daquilo em que nos envolvemos começa a diminuir, podemos imaginar que ingressamos numa situação mais favorável e saímos parecidos com alguma coisa que vale a pena salvar.

Até que ponto a Maioria Moral e outros grupos fundamentalistas contribuem para a preservação da infância?

Nos anos 50, como os mais velhos podem lembrar, se você se aventurasse a comentar que o Partido Comunista tinha apresentado uma boa idéia sobre qualquer assunto, tinha de se preparar para a acusação de que você era, na melhor das hipóteses, um simpatizante e, na pior, um militante de carteirinha do partido. Em certos círculos hoje o mesmo tipo de pensamento prevalece em relação ao movimento fundamentalista: dizer uma palavra que coincida com qualquer posição fundamentalista lhe granjeará a acusação de ter abandonado a tradição liberal. À guisa de preparação contra essa acusação, devo dizer que o renascimento fundamentalista é, em minha opinião, potencialmente perigoso porque está imbuído do espírito de intolerância religiosa e autoritarismo político. Além disso, tenho a impressão de que muitos cristãos fundamentalistas amam seu estado-nação muito mais do que amam a seu Deus e que nada os faz mais felizes do que aquilo que faria o desespero do Senhor: o acréscimo de novas armas devastadoras ao arsenal do estado-nação.

E no entanto, como já foi observado, a Maioria Moral, como ela é às vezes chamada, parece-me mais cônica do que o novo

ambiente informacional fez às crianças do que qualquer outro grupo do organismo político. Suas tentativas de organizar boicotes econômicos contra patrocinadores de certos programas de televisão, suas tentativas de restaurar um senso de inibição e reverência para com a sexualidade, suas tentativas de organizar escolas que insistam em padrões rigorosos de civilidade, são exemplos de um programa ativo visando à preservação da infância. Evidentemente, nada disso pode ser eficaz para alcançar este objetivo, já que é pequeno demais, surge tarde demais e, na verdade, nem mesmo ataca o problema de um ambiente informacional inteiramente reestruturado. Mas creio que o esforço é louvável, e – quem sabe? – talvez sirva para reduzir a velocidade da dissolução da infância de maneira que tenhamos tempo suficiente para nos ajustarmos à sua ausência.

A tradição liberal (ou, como a Maioria Moral desdenhosamente a chama, o humanismo secular) tem muito pouco a oferecer nessa questão. Por exemplo, em oposição aos boicotes econômicos de patrocinadores de TV, os defensores das liberdades cívicas assumiram a curiosa atitude de que é melhor ter os padrões morais da firma Procter&Gamble no controle do conteúdo da televisão do que os da Rainhá Victoria. De qualquer maneira, na medida em que uma filosofia política pode influenciar a mudança cultural, a tradição liberal tende a encorajar o declínio da infância por sua generosa aceitação de tudo que é moderno e uma correspondente hostilidade a qualquer coisa que tente “fazer voltar atrás o relógio”. Mas em alguns aspectos o relógio está errado e a Maioria Moral pode servir de lembrete de um mundo que era outrora hospitaleiro para as crianças e se sentia profundamente responsável pelo que elas poderiam vir a ser. É lícito, acredito, para aqueles de nós que desaprovam a arrogância da Maioria Moral, pedir emprestado algumas de suas lembranças.

Haverá tecnologias de comunicação que tenham potencial para sustentar a necessidade de infância?

A única tecnologia que tem esta capacidade é o computador. Para programar um computador, é preciso, essencialmente, aprender uma linguagem. Isto significa que é necessário dominar complexas habilidades analíticas semelhantes às exigidas de uma pessoa plenamente alfabetizada, e para isso é indispensável treinamento especial. Se se considera imprescindível que todos saibam como os computadores funcionam, como eles impõem sua especial visão de mundo, como alteram nossa definição de julgamento – isto é, se se considera imprescindível haver capacitação universal em informática –, é concebível que a escolarização do jovem aumente de importância e que se possa manter uma cultura jovem diversa da cultura adulta. Mas tal desdobramento dependeria de muitos fatores. Os efeitos potenciais de um meio de comunicação podem tornar-se impotentes em razão do uso que se faz dele. Por exemplo, o rádio, por sua natureza, tem potencial para ampliar e celebrar o poder e a poesia da linguagem humana, e há lugares no mundo em que o rádio é utilizado para isso. Nos Estados Unidos, em parte como resultado da competição com a televisão, o rádio tornou-se apenas um auxiliar da indústria da música. E, conseqüentemente, a linguagem fluente, articulada e madura está quase inteiramente ausente das ondas hertzianas (com a magnífica exceção da National Public Radio). Assim, não é inevitável que o computador seja usado para promover o pensamento seqüencial, lógico e complexo entre as massas. Há, por exemplo, interesses econômicos e políticos que seriam melhor servidos se se permitisse que o grosso de uma população semi-alfabetizada se divertisse com a magia de jogos visuais computadorizados, usasse e fosse usada por computadores sem entendê-los. Deste modo o computador permaneceria misterioso e sob o controle de uma elite burocrática. Não haveria necessidade de educar os jovens, e a infância poderia, sem entraves, continuar em sua jornada para o esquecimento.

Haverá instituições sociais suficientemente fortes e suficientemente empenhadas em resistir ao declínio da infância?

Há somente duas instituições que têm interesse na matéria. A primeira é a família; a outra, a escola. Como já foi comentado, a estrutura e a autoridade da família ficaram seriamente enfraquecidas quando os pais perderam o controle sobre o ambiente informacional dos jovens. Margaret Mead chamou certa vez a televisão, por exemplo, de Segundo Pai, querendo dizer com isso que as nossas crianças passam mais tempo com a televisão do que com seus pais. Nessas condições, os pais podem ser o Quarto ou Quinto Pai, vindo atrás da televisão, dos discos, do rádio e do cinema. Realmente, encorajada pela tendência à desvalorização da paternidade, a Bell Telephone teve o descaramento de convidar os pais a usarem o "Disque-História" como substituto na hora de contar histórias para as crianças. Seja como for, parece bem claro que a mídia reduziu o papel da família na moldagem dos valores e da sensibilidade dos jovens.

Além disso, e possivelmente como resultado da ampliação da supremacia da mídia, muitos pais e mães perderam a confiança em sua capacidade de criar filhos porque acreditam que a informação e as aptidões que têm para essa tarefa não são confiáveis. Em consequência disso, não só não resistem à influência da mídia como também se voltam para especialistas que, presume-se, sabem o que é melhor para as crianças. Assim, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros, professores e outros representantes de um ponto de vista institucional invadem grandes áreas de autoridade parental, as mais das vezes a convite. Isto significa que há uma perda da intimidade, dependência e lealdade que tradicionalmente caracterizam a relação entre pais e filhos. Realmente, alguns acreditam agora que a relação pais e filhos é essencialmente neurótica, e que as crianças são melhor atendidas por instituições do que por suas famílias.

Ainda mais devastador para o poder da família é o movimento de liberação da mulher. Para não ser mal interpretado neste ponto, devo dizer desde logo que a liberação da mulher no

tocante a papéis sociais limitados é um dos efeitos verdadeiramente humanitários da revolução tecnológica e merece completo apoio de pessoas esclarecidas. Mas não se pode negar que à medida que as mulheres encontram seu lugar nos negócios, nas artes, na indústria e nas profissões liberais, deve haver um declínio significativo na força e no significado dos padrões tradicionais de assistência à infância. Pois sejam quais forem as críticas feitas ao papel exclusivo das mulheres como educadoras, o fato é que as mulheres, e somente as mulheres, é que têm sido as administradoras da infância, moldando-a e protegendo-a. É improvável que os homens assumam qualquer coisa parecida com o papel que as mulheres desempenharam, e ainda desempenham, na criação dos filhos, por mais razoável que pudesse ser para os homens exercer essa função. Assim, enquanto pais e mães abrem seu caminho no mundo, as crianças se tornam como que um fardo e cada vez mais acredita-se que é melhor que a infância termine o mais cedo possível. Tudo isso redundando no fato de que a família americana, a menos que ocorra uma virada de 180° nas tendências sociais, não fará forte oposição à redução e depois à dissolução da infância.

Quanto à escola, é ela a única instituição pública que nos resta baseada no pressuposto de que há diferenças importantes entre a infância e a idade adulta e que os adultos têm coisas de valor a ensinar às crianças. Por este motivo, otimistas ingênuos ainda escrevem livros aconselhando educadores sobre como devem conduzir-se, e, em particular, sobre como poderiam levar a cabo atividades preservadoras. Mas a declinante autoridade das escolas foi bem documentada, e em meio a uma estrutura comunicacional radicalmente modificada elas se tornaram (para citar Marshall McLuhan) casas de detenção e não de atenção. Os educadores, é claro, estão confusos sobre o que se espera que façam com as crianças. Por exemplo, como se torna mais difícil ministrar o ensino primário, os educadores estão até perdendo o entusiasmo por essa tarefa tradicionalmente respeitada e se perguntam se ela não deve ser completamente abandonada. Tomemos outro exemplo, igualmente deprimente: em algumas

Haverá instituições sociais suficientemente fortes e suficientemente empenhadas em resistir ao declínio da infância?

Há somente duas instituições que têm interesse na matéria. A primeira é a família; a outra, a escola. Como já foi comentado, a estrutura e a autoridade da família ficaram seriamente enfraquecidas quando os pais perderam o controle sobre o ambiente informacional dos jovens. Margaret Mead chamou certa vez a televisão, por exemplo, de Segundo Pai, querendo dizer com isso que as nossas crianças passam mais tempo com a televisão do que com seus pais. Nessas condições, os pais podem ser o Quarto ou Quinto Pai, vindo atrás da televisão, dos discos, do rádio e do cinema. Realmente, encorajada pela tendência à desvalorização da paternidade, a Bell Telephone teve o descaramento de convidar os pais a usarem o "Disque-História" como substituto na hora de contar histórias para as crianças. Seja como for, parece bem claro que a mídia reduziu o papel da família na moldagem dos valores e da sensibilidade dos jovens.

Além disso, e possivelmente como resultado da ampliação da supremacia da mídia, muitos pais e mães perderam a confiança em sua capacidade de criar filhos porque acreditam que a informação e as aptidões que têm para essa tarefa não são confiáveis. Em conseqüência disso, não só não resistem à influência da mídia como também se voltam para especialistas que, presume-se, sabem o que é melhor para as crianças. Assim, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros, professores e outros representantes de um ponto de vista institucional invadem grandes áreas de autoridade parental, as mais das vezes a convite. Isto significa que há uma perda da intimidade, dependência e lealdade que tradicionalmente caracterizam a relação entre pais e filhos. Realmente, alguns acreditam agora que a relação pais e filhos é essencialmente neurótica, e que as crianças são melhor atendidas por instituições do que por suas famílias.

Ainda mais devastador para o poder da família é o movimento de liberação da mulher. Para não ser mal interpretado neste ponto, devo dizer desde logo que a liberação da mulher no

tocante a papéis sociais limitados é um dos efeitos verdadeiramente humanitários da revolução tecnológica e merece completo apoio de pessoas esclarecidas. Mas não se pode negar que à medida que as mulheres encontram seu lugar nos negócios, nas artes, na indústria e nas profissões liberais, deve haver um declínio significativo na força e no significado dos padrões tradicionais de assistência à infância. Pois sejam quais forem as críticas feitas ao papel exclusivo das mulheres como educadoras, o fato é que as mulheres, e somente as mulheres, é que têm sido as administradoras da infância, moldando-a e protegendo-a. É improvável que os homens assumam qualquer coisa parecida com o papel que as mulheres desempenharam, e ainda desempenham, na criação dos filhos, por mais razoável que pudesse ser para os homens exercer essa função. Assim, enquanto pais e mães abrem seu caminho no mundo, as crianças se tornam como que um fardo e cada vez mais acredita-se que é melhor que a infância termine o mais cedo possível. Tudo isso redundando no fato de que a família americana, a menos que ocorra uma virada de 180° nas tendências sociais, não fará forte oposição à redução e depois à dissolução da infância.

Quanto à escola, é ela a única instituição pública que nos resta baseada no pressuposto de que há diferenças importantes entre a infância e a idade adulta e que os adultos têm coisas de valor a ensinar às crianças. Por este motivo, otimistas ingênuos ainda escrevem livros aconselhando educadores sobre como devem conduzir-se, e, em particular, sobre como poderiam levar a cabo atividades preservadoras. Mas a declinante autoridade das escolas foi bem documentada, e em meio a uma estrutura comunicacional radicalmente modificada elas se tornaram (para citar Marshall McLuhan) casas de detenção e não de atenção. Os educadores, é claro, estão confusos sobre o que se espera que façam com as crianças. Por exemplo, como se torna mais difícil ministrar o ensino primário, os educadores estão até perdendo o entusiasmo por essa tarefa tradicionalmente respeitada e se perguntam se ela não deve ser completamente abandonada. Tomemos outro exemplo, igualmente deprimente: em algumas

escolas crianças de onze e doze anos são submetidas ao chamado "treinamento profissional," um sintoma claro do ressurgimento do adulto em miniatura. É evidente que as escolas refletem as tendências sociais muito mais vigorosamente do que podem dirigi-las e são quase impotentes para se oporem a elas.

Todavia, como criação da alfabetização, a escola não aderirá facilmente à ofensiva contra a sua progenitora. De uma forma ou de outra, por mais diluído que seja o esforço, a escola permanecerá como a última defesa contra o desaparecimento da infância.

É escusado dizer que, a longo prazo, quando todos os professores e administradores forem, eles mesmos, produtos da Era da Televisão, a resistência não só perderá qualquer força que um dia possa ter tido como também seu objetivo terá sido esquecido.

Será o indivíduo impotente para resistir ao que está acontecendo?

A resposta, em minha opinião, é "não". Mas como se dá com toda resistência, há um preço a pagar. Especificamente, a resistência implica em conceber a paternidade como um ato de rebelião contra a cultura americana. Por exemplo, para os pais, o fato de permanecerem casados é por si só um ato de desobediência e uma afronta ao espírito de uma cultura do descartável em que a continuidade tem pouco valor. É também pelo menos noventa por cento anti-americano continuar em estreita proximidade com a família ampliada, de maneira que as crianças possam vivenciar, diariamente, o sentido de parentesco e o valor da deferência e responsabilidade para com os mais velhos. Do mesmo modo, insistir em que os filhos aprendam a disciplina do adiamento da satisfação, ou da modéstia na sua sexualidade, ou da moderação nas maneiras, na linguagem e no estilo é colocar-se em oposição a quase toda tendência social. Mais ainda, assegurar que os filhos se empenhem em serem alfabetizados demanda muito tempo e custa caro. Mas, de todas, a mais rebel-

de é a tentativa de controlar o acesso da mídia aos filhos. Há, de fato, duas maneiras de fazê-lo. A primeira é limitar o tempo de exposição das crianças à mídia. A segunda é monitorar cuidadosamente aquilo a que estão expostas e fornecer-lhes continuamente uma crítica corrente dos temas e valores do conteúdo da mídia. Ambas são muito difíceis de fazer e requerem um nível de atenção que a maioria dos pais não está disposta a dar à criação dos filhos.

Não obstante, há pais que estão empenhados em fazer todas essas coisas, que estão, de fato, desafiando as diretivas de sua cultura. Esses pais não só estão ajudando os filhos a terem uma infância, como estão, ao mesmo tempo, criando uma espécie de elite intelectual. Certamente a curto prazo as crianças que crescem em tais casas serão, quando adultas, muito favorecidas pelos negócios, pelas profissões e pela própria mídia. O que podemos dizer do longo prazo? Somente isto: aqueles pais que resistem ao espírito da época contribuem para o que se poderia chamar Efeito Mosteiro, porque ajudam a manter viva uma tradição humanitária. Não é concebível que nossa cultura esqueça que precisa de crianças. Mas está a caminho de esquecer que as crianças precisam de infância. Aqueles que insistem em lembrar prestam um nobre serviço.

○ Desaparecimento da Infância

A informação eletrônica e o novo mundo da criança-adulto e da adulta-criança

"Neil Postman é daquele tipo raro de crítico social cuja análise cobre o arco do arco da cultura e da educação e que surpreende desde quanto preciso e bem fundamentado."

The New York Times

"Neil Postman é um intelectual de grande talento que tem pensado com profundidade os mais importantes problemas que a sociedade moderna enfrenta."

Washington Post

"Postman faz argumentar nos comentários, pontos de vista inspiradores e não apenas para pensar, mas também."

St. Louis Post-Dispatch

"Ninguém escreve com tanta elegância e autoridade sobre a cultura como Neil Postman."

Los Angeles Times

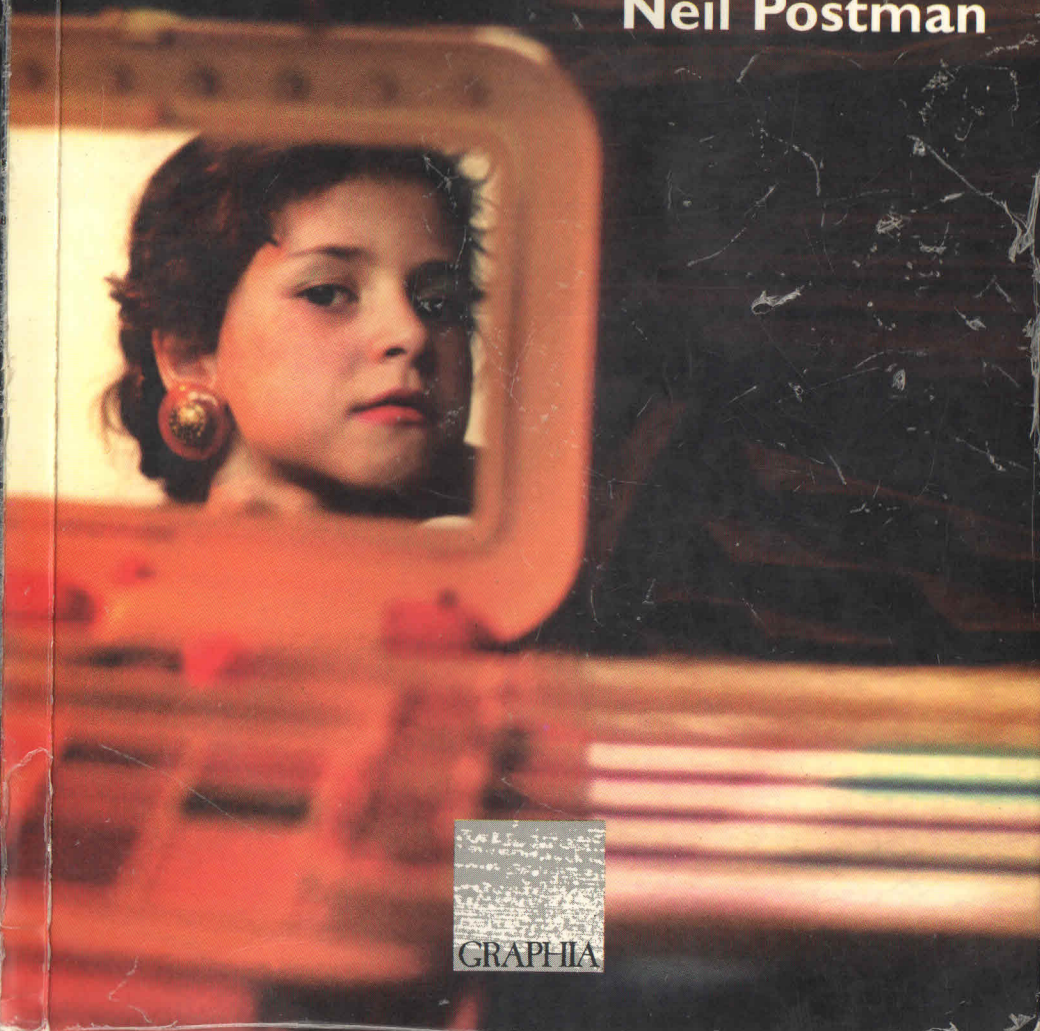
"Ele pensa de modo filosófico. Neil Postman pensa sobre o mundo com a mesma clareza e a mesma força de um professor universitário e é isso que um grande escritor de livros faz."

Christian Science Monitor



○ Desaparecimento da Infância

Neil Postman



GRAPHIA